

História e natureza no Brasil Império: considerações sobre uma crítica ambiental no Paraná

Luca Araújo de Oliveira Leite

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - Brasil

luca.leite.o.018@gmail.com

Resumo: Longe de ser um fenômeno do tempo presente, a preocupação com a destruição do meio biofísico acompanha o Capitaloceno. As inquietudes em relação ao meio ambiente manifestadas no passado, no entanto, possuem especificidades, e não devem ser confundidas com *ambientalismos* e a noção de sustentabilidade contemporânea. Dessa forma, é proposto um desdobramento do retrato regional do quadro que Pádua (2002) traçou em escala nacional, mapeando e discutindo as matrizes da tradição ecológica brasileira. Nesse sentido, este estudo se debruça sobre o Paraná Provincial a fim de compreender de que modo reverberaram em terras paranaenses os debates ambientais vindos do Governo Central e, ainda, de que forma na Província a preservação tomou formatos práticos como leis e decretos. Para tanto, são tomadas como fontes principais são documentos oficiais, sobretudo, sobre a exploração da araucária e do mate, que nos permitem verificar os posicionamentos e posturas do Estado em relação ao meio ambiente.

Palavras-chave: História Ambiental. Brasil Império. Província do Paraná. Crítica Ambiental.

Introdução

A lei não é pacificação, pois sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares (FOUCAULT, 2010, p.43).

Mais do que uma proposta reducionista, como alguns ainda propõem, a História Ambiental é sobretudo uma ampliação da análise histórica. Durante muitos anos escreveu-se história como se os agentes e sujeitos estivessem no vácuo, existindo e vivendo sem a interação de nada ao seu redor. Este é o pecado mais grave desta historiografia que ignora o meio, e é esta lacuna que a História Ambiental vem preencher. Não temos mais espaço hoje para o dualismo cartesiano, em um mundo de crise ecológica global devemos assumir o entrelaçamento entre o mundo biofísico e abandonar a atrasada dicotomia natureza x cultura.

Desde que caminhamos pelo planeta há milhares de anos, alteramos e interagimos o meio ao nosso redor. O simples respirar e ocupar um espaço nesta terra faz de nós alteradores do meio. Estar vivo e existir é participar de uma complexa e imensa

rede de relações ecológicas, quer tenhamos consciência disso ou não. O que por exemplo Tim Ingold (2012), ao criticar o termo de ambiente, chama de “zona de interpenetração”, onde os seres interagem e penetram uns aos outros. Ingold, de maneira bastante criativa, sugere que deveríamos estudar o hífen da relação ser humano-natureza, e integrar de fato, os estudos biológicos e sociais.

A proposta metodológica da história ambiental é bastante generosa nesse sentido, e tem muito a agregar à historiografia. Um bom exemplo desta generosidade, é o trabalho de Louis Perez (2001), em *Winds of Change*, em que nos mostra como três furacões em meados da década de 1840 em Cuba alteraram duramente a dinâmica colonial da ilha.

No século XIX em Cuba tentou-se plantar café (*Coffea arabica*) e cana de açúcar (*Saccharum officinarum*). Contudo, apesar dos esforços, apenas o cultivo de cana-de-açúcar prosperou. Por que o café não vingou na ilha caribenha? O que explica o sucesso dos canaviais em detrimento dos cafezais? Uma análise satisfatória e não simplista dessa situação nos apresenta um agente histórico até então deixado de lado: os furacões. O Caribe é uma região que por conta de seus contornos climáticos e marítimos, forma um verdadeiro berço de furacões.

Furacões são uma grande perturbação atmosférica provocada por centros de baixa pressão em zonas tropicais. Estas violentas tempestades podem ou não ser acompanhadas de chuvas torrenciais e assustadores ventos que podem atingir mais de 300 quilômetros por hora e um diâmetro que pode cobrir áreas de 500 a 800 quilômetros ou mais. O potencial de devastação de um furacão intenso é aterrorizante.

Estas perturbações são muito bem documentadas por viajantes espanhóis, pela administração colonial, por naturalistas, pela cosmologia indígena pré-colombiana e mesmo milênios antes do próprio Pleistoceno pela paleotempestologia (subcampo que estuda tempestades e climas antigos) (SCHWARTZ, 2021). Portanto é simplesmente impossível compreender a história de Cuba sem levar os furacões em consideração.¹

¹ Regina Horta Duarte (2017) em *Zoos in Latin America* menciona o importante papel que o Zoológico de Havana teve durante a Revolução Cubana e sua intrínseca relação com os furacões. O Zoo é inaugurado em 1943 por cientistas da Universidade de Havana, porém é abandonado depois de 2 estragos com furacões. Com a retomada das atividades políticas em 1959. A administração era mantida pelos revolucionários, que faziam eventos cívicos no Zoológico. A brigada avisa aos convidados que o zoológico é do povo e incita a todos manterem comportamentos adequados para conservação dos animais. Os cidadãos e trabalhadores apontavam o zoológico como um lugar para servir a Revolução. Depois do furacão Alma de 1966, o Zoo de Havana emerge como símbolo de valores e esforços revolucionários. Reforçando nosso argumento de que é impossível compreender a história de Cuba sem levar estes personagens em consideração.

Dessa forma, a busca por riquezas a partir da exploração da terra através das grandes lavouras também teve de se adaptar ao regime de ciclones caribenhos. O café é uma angiosperma arbustiva de médio porte, de onde se colhe seus frutos para produzir a bebida. Por ser um arbusto, isto é, com caule rígido e lenhoso, o café não resiste ao caos provocado pelo furacão e a planta se quebra. Os cafezais simplesmente demoravam muito para se recuperar, e os agricultores não podiam se dar ao luxo de manter terras improdutivas levando em consideração seu padrão de vida. Dessa forma o café não serviu para se plantar em Cuba.

A cana-de-açúcar por sua vez, é uma gramínea. Podendo chegar aos 6 metros de altura, é uma monocotiledônea que ao contrário do café, tem um caule em forma de haste flexível. Quando um furacão passa por Cuba o canavial não se quebra justamente por isto. O caule flexível se dobra sem prejudicar a planta e a produção.

Nesse sentido, o furacão não é o elemento determinante, mas é necessário levá-lo em consideração para uma análise mais completa da realidade. De maneira semelhante é o que Fernand Braudel (1984) irá propor em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, de forma que o que o autor chama de clima, “determinavam os parâmetros da cultura, da política e da história daquele mar antigo onde pão, azeite e vinho tinham criado uma civilização compartilhada” (SCHWARTZ, 2021, p.10)

Nossa pesquisa, portanto, se insere dentro deste quadro teórico que visa compreender o meio como um agente histórico, que molda e interage com os seres ao seu redor, através de uma relação dialética que atravessa o passado e chega ao presente (WORSTER, 1991). Neste artigo apresentaremos alguns resultados parciais de nossa pesquisa, que trata a respeito da crítica ambiental do Brasil Império. Neste momento histórico, privilegiamos o Paraná como campo de nossas discussões, em busca de tentar compreender como esta Província reverberou políticas e pautas do governo central e verificar se existiu uma neste território uma elite preocupada com o meio e caso tenha existido, como foi esta discussão e quais seus enfoques e particularidades.

Antes de apresentar a pesquisa propriamente dita aos leitores, um breve parêntese deve ser feito para compreendermos que o que significa crítica ambiental e sob qual contexto cultural esse tipo de crítica foi capaz de florescer. Para tanto, a preocupação ambiental longe de ser um evento contemporâneo, uma simples resposta à crise ecológica do mundo capitalista que estamos vivendo, é quase tão antiga quanto a história humana. Mesmo em sociedades pré-capitalistas como na Antiguidade Clássica, desastres ecológicos, mudanças climáticas e erosão dos solos não foram novidade

(LAGO; PÁDUA, 1984). Imagine por um instante a quantidade de madeira que teve de ser cortada para que a marinha ateniense dominasse o Egeu, ou mesmo a marinha Romana durante as Guerras Púnicas. Essas alterações ambientais provocaram desequilíbrios ecológicos locais em seus tempos.

Mais adiante, a ruralização da Europa Ocidental durante a Idade Feudal também trouxe impactos ambientais negativos, como o “desflorestamento e a poluição do ar causada pelas fundições e pela queima de carvão” (LAGO; PÁDUA, 1984, p. 31). Esse desmatamento inclusive foi um dos importantes elementos que levaram a crise do feudalismo na Baixa Idade Média no século XVIII. A derrubada das florestas, como aponta Perry Anderson (2016), foi um gatilho que levou a: exaustão das terras agricultáveis, enchentes, tempestades de areia, quebra na produção de alimentos e dependência da importação. Esse cenário por sua vez levou ao que Anderson chama de “banditismo feudal”, que somado às disputas dinásticas levou à Guerra dos Cem Anos, e por sua vez à grave crise do sistema feudal.

É na Era Moderna que esses impactos tomaram contornos mais planetários, com as grandes navegações e a ascensão do capitalismo em seu formato mercantil. Uma consequência sombria desse sistema-mundo foi a chamada “Pequena era do gelo”, onde argumenta que entre outros fatores, o grande genocídio das Américas resultou numa perda de captura de CO₂ tão grande que as temperaturas do planeta foram alteradas (KOCH *et al.*, 2019).

É nesse capitalismo transatlântico, que a modernidade irá se formar como base. O princípio chave desse momento é a compreensão de que “a questão não é apenas observar e interpretar o mundo, mas controlá-lo” (MOORE, 2022, p.138). A ascensão do capitalismo deve ser entendida não apenas nos critérios econômicos, mas como uma “nova forma de organizar a natureza e, portanto, uma nova forma de organizar as relações de trabalho, reprodução e condições de vida” (MOORE, 2022, p.139). É nesses termos que Jason Moore (2003) propõem que ao invés de entender o capitalismo como uma economia-mundo, deveríamos entendê-lo como uma ecologia-mundo.

O controle e a gerência desses recursos passam a ser o *modus operandi* dessa relação. A natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana. Fato que fica bem exemplificado no relato do botânico escocês William Forsyth, que em 1802, num apelo à observação das lagartas afirma que “seria de grande utilidade familiarizar-se com a economia e a história natural de todos esses insetos, na

medida em que, desse modo, estaríamos aptos a achar o método mais adequado de destruí-los” (THOMAS, 2010, p. 35).

Chakrabarty e Worboys (2020) complementam esta argumentação nos mostrando de que forma a ciência nesse cenário, funcionou como uma ferramenta de dominação imperial, em termos de dominação política, econômica e cultural das periferias.

A principal mudança historiográfica foi deixar de ver a difusão da ciência moderna como uma fonte de esclarecimento e progresso, com o inevitável deslocamento das crenças tradicionais e não científicas. Em seu lugar, os historiadores mostraram que a ciência também era uma força de dominação e era uma das principais características da civilização ocidental que legitimava a subjugação dos povos e contribuía para sua exploração. (CHAKRABARTY; WORBOYS, 2020, p.10)².

Isto é, a instrumentalização da ciência em torno dessa orientação pragmática levaria a sociedade ao progresso. Partindo de um referencial ecológico, figuras como Domenico Vandelli (1735-1816), Carlos Lineu (1707-1778), Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), Charles Darwin (1809-1882) e Alexander von Humboldt (1769-1859) marcam o desenvolvimento dessa ciência preocupada do meio. E da mesma forma que o botânico escocês William Forsyth estudou as lagartas, vários desses intelectuais se debruçaram sobre o mundo colonial.

Baseado nisso, Donald Woster (1994) identifica como “espírito” do pensamento ecológico capitalista que: i) a natureza é vista como capital; ii) os humanos têm direito e obrigação de utilizar deste capital para seu constante progresso; iii) a ordem social estimula e legitima esse progressivo crescimento de riqueza pessoal.

Como bem demonstram os trabalhos de Corey Ross (2017) e Richard Groove (2016), em várias dessas realidades coloniais, foram desenvolvidas políticas conservacionistas.³

A rápida pilhagem dos 'Édens insulares tropicais' já havia estimulado novas formas de pensar sobre o impacto ambiental da conquista colonial e, em

² The key historiographical shift was the move away from seeing the diffusion of modern science as a source of enlightenment and progress, with the inevitable displacement of traditional, non-scientific beliefs. In its place, historians showed that science was also a force of domination and was one of the key features of Western civilization that legitimated the subjugation of peoples and contributed to their exploitation.

³ Apesar de Ross trabalhar com um recorte temporal a partir de 1860 e em colônias exclusivamente europeias afetadas por este imperialismo o argumento utilizado pelo autor em linhas gerais é válido para pensar as raízes desse conservacionismo no Sul Global por exemplo. O autor trabalha quase que exclusivamente, portanto com as realidades dos continentes africano e asiático. A América Latina nesse sentido, para Ross, estava vinculada muito mais ao imperialismo estadunidense do que ao europeu neste período.

meados do século XIX, essas ideias estavam evoluindo para modelos mais sistemáticos de conservação de recursos nas colônias continentais do sul da Ásia e Norte de África. Se o “novo imperialismo” foi animado por uma ideologia impetuosa de conquista política e econômica, também foi baleado de ansiedades ambientais (ROSS, 2017, p. 246).⁴

No Brasil, por exemplo, era urgente estudar melhor o meio brasileiro, e em busca de espécies ainda desconhecidas que pudessem ter utilidade econômica. E embora essa empreitada tenha sido relativamente pobre nas colônias do Império Português se comparado a outros empreendimentos de outras potências da época, os cientistas:

[...] começaram a perceber com clareza que os recursos naturais dos territórios lusitanos estavam sendo destruídos antes mesmo que serem estudados ou aproveitados de forma mais apropriada (PÁDUA, 2002, p.41).

Em parte, a gênese desse pensamento ambiental no Brasil reflete uma crescente ansiedade entre os europeus de que era necessário proteger e salvaguardar as valiosas terras e espécies ameaçadas pelo prenúncio de uma rápida industrialização (ROSS, 2017). De acordo com Corey Ross, dentre os fatores que foram relevantes para o desenvolvimento do conservacionismo nas colônias tropicais estão:

[...] o fascínio europeu por paraísos tropicais intocados, as rápidas mudanças desencadeadas pela conquista e comércio imperiais e um conjunto de ansiedades sobre os efeitos potencialmente destrutivos das forças econômicas e tecnológicas europeias em costas distantes. Mas talvez o mais importante de tudo tenha sido a própria estrutura da dominação colonial, que permitiu aos europeus impor suas próprias visões de natureza tropical a esses ambientes com pouca consideração pelos interesses das comunidades rurais que ali viviam (ROSS, 2017, p. 240-241)⁵.

A economia colonial brasileira ignorou completamente as espécies locais e usou apenas da base territorial e da fertilidade do solo para implantação de monoculturas baseadas em espécies exóticas provindas dos trópicos orientais, como cana e algodão. O problema é que no alvorecer do século XVIII para o XIX, com a crise da economia aurífera, o quadro era agora diferente:

[...] pois as plantas convencionalmente importantes na economia-mundo dos últimos séculos [...] já estavam sendo cultivadas nas mais diversas regiões,

⁴ The rapid despoliation of ‘tropical island Edens’ had already stimulated new ways of rhinking about the environmental impact of colonial conquest, and by the Middle of the nineteenth century these ideias were evolving into more systematic models of resource consrvation in the mainland colonies of South Asia and North Africa. If the ‘new imperialism’ was animated by a brash ideology of political and economic conquest, it was also shot thought with environmental anxieties

⁵ [...] the European fascination with unspoiled tropical paradises, the rapid changes unleashed by imperial conquest and trade, and a cluster of anxieties about the potentially destructive effects of European economic and technological forces on distant shores. But perhaps most importante of all was the structure of colonial domination itself, which enabled Europeans to impose their own visions of tropical nature onto these environments with scant regard for the interests of rural communities living there.

gerando uma competição internacional generalizada. A descoberta e o monopólio de uma espécie endêmica de grande valor comercial, ao contrário, abririam espaço para a obtenção de lucros extraordinários, como aconteceu no caso da borracha das seringueiras no século XIX (PÁDUA, 2002, p.41).

Pádua e Ross nesse sentido defendem uma tese semelhante, os dois autores de certa forma argumentam sobre uma autonomia local. Corey Ross argumenta que a devastação ambiental causada pelo imperialismo europeu não foi uma violência que partiu somente de mãos europeias. Pelo contrário, para o britânico, os grupos locais em suas distintas realidades e para diferentes objetivos também participaram desse processo. A autonomia local defendida por Ross é bem resumida por Frederick Cooper, de que a administração imperial teria “braços longos, mas dedos fracos” (ROSS, 2017, p. 19).⁶

Pádua por sua vez, argumenta que a crítica ambiental no Brasil teve gênese dentro da elite brasileira, por meio do contato desses letrados com o Iluminismo Europeu via Universidade de Coimbra e Lisboa. Essa elite, até a época da Independência, teve sua educação superior concentrada na nestas cidades, e após 1822, em quatro capitais provinciais. Contudo, até meados de 1850, parte significativa dos membros do andar de cima tiveram sua educação superior em Coimbra (CARVALHO, 2007). Estes jovens brasileiros entraram em contato com o Iluminismo europeu através da reforma pombalina da Universidade de Coimbra e Lisboa, beberam das concepções de filosofia natural, direito, fisiocracia, economia e também do espírito pragmático e progressista que caracterizavam o iluminismo.⁷ Ou seja, um conservacionismo que vem de dentro do Brasil, apesar de gestado por ideias europeias.

Essa elite letrada que teve acesso à uma educação superior na época formava uma verdadeira “ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO, 2007, p.65). É dentro desse seleto grupo, formando uma ilha dentro da ilha, que surgirão aqueles que Pádua (2002), chama de “geração ilustrada” luso-brasileira. Estas pessoas passam, a partir do final do século XVIII, a produzir trabalhos onde discutiam temas ambientais e sobretudo a denunciar a devastação ambiental *nos moldes coloniais*.⁸ Importante grifar

⁶ Long Arms, but weak fingers.

⁷ Fisiocracia é um conceito chave para compreender a relação dessa elite com o meio, portanto, entendemos por fisiocracia uma linha de pensamento, dentro do movimento iluminista, que foi amplamente difundida no século XVIII, em especial entre os franceses como François Quesnay (1694-1774) e Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781). Esta linha de pensamento atribuía a exploração da terra, isto é, a agricultura, a maior geração de riqueza e progresso de uma nação.

⁸ O papel das revoluções científicas mudou o rumo da relação entre os humanos e o meio. Este novo regime pautava “colocar a totalidade da natureza a serviço do capital. O trabalho da ‘ciência’ era fazer a natureza legível para a acumulação do capital – transformando-a em unidades de Natureza e contraposta às forças do capital e do império. O trabalho da ‘economia’ era canalizar essa alienação por meio da lógica do dinheiro. O trabalho do ‘Estado’ era impor a lógica do dinheiro. Portanto a grosseira devastação

este ponto, uma vez que essa tradição intelectual brasileira de maneira alguma estava angustiada com o desmatamento por conta valores morais ou filosóficos, mas sim a partir de uma preocupação mercantil, como bem demonstrou Pádua (2002).

Dessa forma, em 1786 é publicado o primeiro destes trabalhos, escrito por um brasileiro sobre reflexões políticas e considerações sobre os problemas ambientais do país. Trata-se do *Discurso histórico político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil*, de Baltasar da Silva Lisboa.

Em 1790, o patriarca da independência e maior representante do arquétipo dessa geração ilustrada José Bonifácio, escreveu *Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*. Bonifácio profetizou nestas páginas a ruína da espécie pela pesca indiscriminada das baleias no período de reprodução. Uma leitura superficial da obra nos comove com sua sensibilidade, a estratégia dos caçadores era atacar os filhotes.

Têm elas tanto amor aos seus filhinhos que quase sempre os trazem entre as barbatanas para lhes darem leite. E se por ventura lhes matam não deixarão o lugar sem deixar igualmente a vida na ponta dos arpões. E seu amor é tamanho que podendo demorar-se no fundo da água por mais de meia hora sem vir respirar acima, e escapar assim ao perigo que as ameaça, folgam antes de expor a vida para salvarem a dos filhinhos, que não podem estar sem respirar por tanto tempo. Esta ternura das mães facilita sem dúvida a pesca. E o método de matar primeiro os baleotes pequenos para segurar as mães, que enraivecidas muitas vezes viram as lanchas, parece visto a vulto excelente (SILVA *apud* PÁDUA, 2002, p.135).

Linhas poéticas descrevem o amor das mães pelos filhos, trazendo-os entre as barbatanas para amamentá-los, sacrificando suas vidas em vão, para tentar defendê-los. Essa maneira de caçar levava a queda brusca das populações de baleias, comprometendo as gerações futuras.

Ao lado dessas considerações de cunho sentimental, José Bonifácio salientava que “matar filhotes era um duplo desperdício. [...] eram magros ainda e geravam pouco azeite. As fêmeas em período de amamentação estavam igualmente mais magras”. A longo prazo estes “estúpidos” feitores que são “totalmente ignorantes da arte de pescar baleias” levarão a “ruína desta tão importante pescaria”. Bonifácio explica que “as baleias, por uma das sábias leis da economia geral da Natureza, só parem de dois em dois anos

colonial colocava em risco essa capitalização da natureza. Queimadas que retiravam a terra sua maior fertilidade e destruíam as melhores madeiras que poderiam servir à indústria naval e madeireira. Ou pior, desmatar a ponto de extinguir alguma espécie antes que pudesse ser estudada e explorada comercialmente pelo Estado industrial. Essa era a lógica da conservação.

um único filho, morto o qual parecem com ele todos os seus descendentes” (SILVA *apud* PÁDUA, 2002, p.135).

Portanto esta não é uma obra de preservação ambiental tal como a conhecemos hoje, mas sim uma consultoria econômica sobre as maneiras de tornar a pesca de baleias mais rentável a longo prazo. Esse é o tom da crítica ambiental brasileira: essencialmente antropocêntrica e utilitarista.

Dito isso, a politização do tema ambiental atingiu seu ápice no Segundo Reinado (PÁDUA, 2002), e neste cenário cultural, discutiremos neste artigo a existência dessa crítica ambiental dentro da Província do Paraná. Nosso objetivo, portanto, é traçar algumas considerações iniciais de nossa pesquisa, alguns questionamentos, caminhos por nós trilhados e seus resultados, que consideramos também estradas possíveis para futuros cientistas.

As fontes desta pesquisa são os relatórios de presidente de província, o conjunto de leis e decretos do poder legislativo do governo central e provincial, e em menor medida o periódico *Dezenove de Dezembro*. Afora a documentação oficial, este jornal trata-se de um documento que foi publicado de 1854 a 1890, praticamente sem interrupções e preservado digital e integralmente na Biblioteca Digital. Levantada e catalogada a documentação, as fontes foram catalogadas e organizadas em seis grandes categorias, que marcam os principais assuntos relacionados à exploração e apropriação do meio: extrativismo, agricultura, pecuária, águas, pesca e terra.

O Paraná no Século XIX

Antes de se tornar uma província autônoma, o Paraná, até 1853, fez parte da Província de São Paulo, englobando a chamada 5^o Comarca (FIGURA 1). É somente em 1854 que este território consegue sua emancipação dos paulistas e forma a Província do Paraná (FIGURA 2). Esta explicação simplista ignora uma série de nuances e disputas por parte das elites locais, fazendo parecer que a criação de novas províncias no Brasil Imperial era algo simples e corriqueiro. Muito pelo contrário, tratava-se de um complicado e raríssimo evento que envolvia um complexo processo de barganha política (GREGÓRIO, 2012).

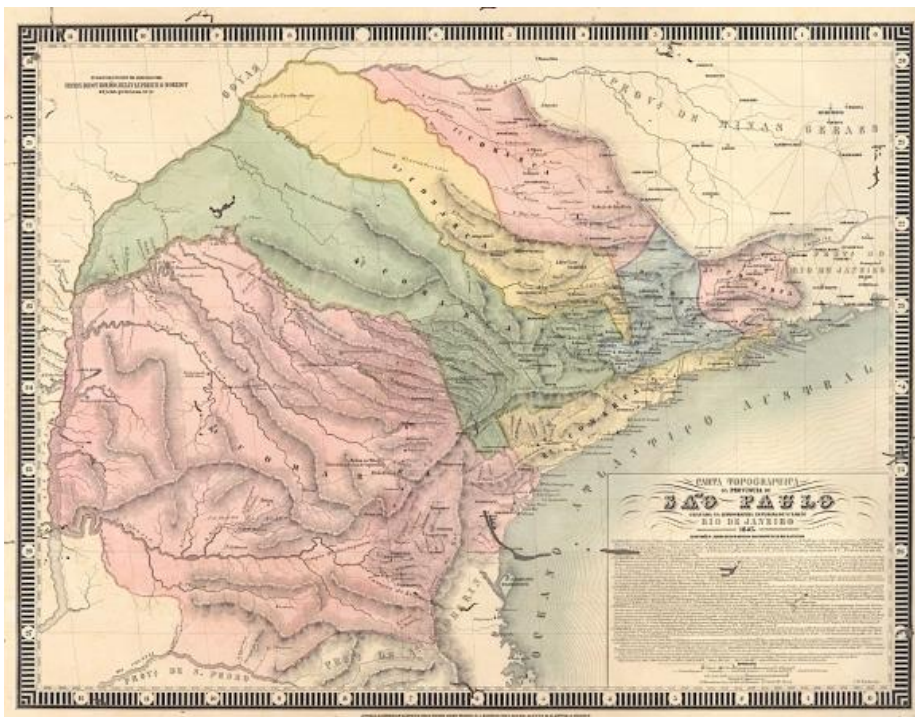


Figura 1: Província de São Paulo em 1847

Fonte: J. de Villiers de L'île-Adam. Carta Topographica da Província de São Paulo. Rio de Janeiro: Firmin Didot Irmãos, Belin Le Prieur & Morizot, 1847. 1 mapa : litogr. color; 49,5 x 62 cm. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



Figura 2: Mapa da Província do Paraná

Fonte: GUERRA, SANTOS, 2011, p. 16

Embora a pauta da emancipação política e criação de novas unidades administrativas no interior do Império não tenha sido um evento isolado, fato é que

durante todo o século XIX apenas duas propostas saíram do papel: Amazonas (1850) e Paraná (1853).⁹

A Província de São Paulo em meados dos anos de 1850 estava longe de ser a potência econômica que é hoje. De maneira geral, a província foi relativamente pobre durante o século XIX, se comparada com outras províncias como Bahia e Pernambuco. Entretanto tinha notável privilégio dentre as províncias por se tratar de um dos principais centros administrativos do Império. Foi somente com a introdução da cana-de-açúcar que São Paulo logrou a infraestrutura necessária para participar de maneira mais robusta do comércio exterior, vide porto de Santos. Contudo foi somente nas últimas décadas do XIX que a província deu o salto para ser tornar-se um polo econômico nacional, graças ao café (DOLHNIKOFF, 2005).

De maneira geral, a 5ª Comarca buscou uma emancipação político-administrativa de São Paulo desde 1811 (PRIORI *et al.*, 2012). Mas foi somente na década de 1850 que a pauta tomou força na esfera Imperial, por conta da preocupação com as fronteiras, causada pelo medo de possíveis invasões estrangeiras.¹⁰ A recém-criada Província recebeu o nome de Paraná, que em Guarani significa “semelhante ao mar”.

Um importante agente catalisador da emancipação paranaense foi a indústria ervateira. A erva-mate (*Ilex paraguariensis*) é uma angiosperma vascular endêmica do sul do continente americano que pode chegar a 8 metros quando adulta. Das folhas da erva, produz-se uma bebida estimulante e amarga, apreciada pelos indígenas Kaiowa e Guarani do centro-sul brasileiro desde tempos imemoriais (NASCIMENTO, 2020) e adotada pelos europeus mais tarde.

Hoje símbolo da região Sul, a erva-mate foi durante o século XIX a principal economia da Quinta Comarca e da Província do Paraná. Embora a erva tenha uma área de abrangência bastante larga, ocupando quase todo o território paranaense (FIGURA 3), os engenhos de mate e a produção da erva ficavam majoritariamente do litoral.¹¹ A erva foi introduzida e aclimatada no litoral paranaense em 1820 e em 1826 já respondiam por quase 70% de toda a exportação do porto de Paranaguá (NASCIMENTO, 2020) e

⁹ Dentre as emancipações políticas, destacamos a tentativa de criação da Província de São Francisco, Província do Oyapockia e a emancipação do Sul da Província de Minas Gerais. Sobre este tópico, ver Gregório, 2012.

¹⁰ Argumentação parecida seria feita na mesma época a respeito da Província do Grão-Pará, em prol da criação da Província do Amazonas (GREGÓRIO, 2012).

¹¹ Apesar de Gerhardt (2013) pontuar que a ervateira não se desenvolve bem nos campos ou nos litorais, os engenhos de mate do Paraná se localizavam no litoral paranaense, e somente mais tarde com o *boom* da indústria ervateira que conquistaram o planalto curitibano.

chegou a representar 85% da economia paranaense durante o período provincial (WACHOWICZ, 1988). Segundo o Centro de desenvolvimento e educação dos sistemas tradicionais de erva mate (CEDERVA, 2020, [s.p.]), “entre os anos de 1875 e 1879, 3/5 de todo o Mate consumido na América do Sul era proveniente do Paraná, sendo que no âmbito nacional, o Paraná era responsável por 80% da erva consumida no país”.



Figura 3: Área de abrangência da Erva Mate no Paraná

Fonte: GERHARDT, 2013, p. 35

Contudo, ao contrário do que alguns autores afirmam como Dennison de Oliveira (2001), o mate e a indústria ervateira não foram a primeira experiência da região com o capitalismo industrial oitocentista. O Paraná bem antes do Mate, já se inseria dentro da lógica do capitalismo industrial através do esquema de sistema-mundo elaborado anteriormente. Seja por meio do porto de Paranaguá, ligando as fronteiras da mercadoria e abastecendo mercados internos e externos, fosse por meio do comércio de escravizados, etc.

Até 1853, enquanto a 5ª Comarca ainda fazia parte de São Paulo, a importância do mate para a Província paulista era mínima. Uma vez que todas as atenções da elite paulistana estavam voltadas para o café, açúcar, milho e outros gêneros mais lucrativos, como ilustra o quadro abaixo. Dessa forma, apesar da erva ser parte fundamental da economia da Quinta Comarca, representava somente 3,4% da receita de São Paulo em 1836. Como esperar que a elite provincial desse mais atenção e recursos a essa produção

do que as outras? Para São Paulo a erva-mate era apenas uma produção secundária, e para a comarca de Curitiba, no entanto, era de importância visceral (GREGÓRIO, 2012).

Quadro 1: Produção Agrícola exportada por São Paulo em 1836

Produto	Valor da produção, em mil-réis	Porcentagem do produto sobre o valor total da produção (%)
Café	940.858	16,3
Açúcar	665.647	11,6
Tabaco	14.481	0,3
Algodão	8.911	0,2
Chá	1.261	-
Erva-Mate	194.352	3,4
Aguardente	158.872	2,8
Rapadura	-	-
Arroz	528.178	9,2
Feijão	180.573	3,1
Milho	1.974.277	34,3
Farinha de Mandioca	57.450	1,0
Farinha de Milho	1.765	-
Toucinho	41.568	0,7
Suínos	345.775	6,0
Cavalos	182.384	3,2
Mulas	90.720	1,6
Bovinos	35.713	6,2
Ovinos	3.711	0,1
Peixe seco	12.992	0,2
Óleo de amendoim	213	-

Fonte: GREGÓRIO, 2012, p.147

Sobre a extração do mate, o viajante francês Auguste Saint-Hilaire, teceu algumas palavras em sua passagem pela Serra de Paranaguá, por volta de 1820:

Para que fique bom, o mate deve ser colhido a partir de março até agosto (...). Os galhos da árvore são cortados e empilhados no local onde será feita a

preparação. Em seguida, é armada uma fogueira estreita e comprida com troncos de árvores recém-cortados, (...) os homens se enfileiram de um lado e de outro deles e mantêm acima do fogo os galhos da erva mate, segurando-os pela extremidade inferior e fazendo com que fiquem ligeiramente tostados. Terminada essa operação, são arrancados dos galhos os pequenos ramos guarnecidos de folhas, os quais são estendidos sobre o barbaquá, uma espécie de caramanchão armado da seguinte maneira: fincam-se no chão dois troncos de árvore, de uns vinte e cinco centímetros de diâmetro, a uma distância de mais ou menos dois metros um do outro; cada tronco tem uma forquilha situada a uma altura aproximada de dois metros e meio do solo. Sobre as duas forquilhas é apoiada uma vara flexível, que forma um arco denominado arco-mestre. Este arco é destinado a sustentar outros cinco, que se cruzam com ele e cujas extremidades chegam até o chão. Nesses últimos são trançadas varas transversais a partir de um metro acima do solo e a intervalos de poucos centímetros uma da outra. Resulta disso uma armação arredondada, semelhante a um forno, com cerca de seis passos de diâmetro, aberta dos lados onde ficam as duas forquilhas. Esta armação é inteiramente coberta pelos ramos da erva-mate, que são passados por entre as varas transversais, tendo-se o cuidado de não deixar nenhum intervalo entre os ramos. Em seguida, acende-se um fogo com lenha verde bem no centro da área recoberta pelo barbaquá. A fumaça se evola pelas aberturas laterais e pelas partes de armação próximas do solo, onde não foram trançadas as varas transversais. Ao cabo de uma hora e meia as folhas estão perfeitamente secas. Os ramos são então retirados do barbaquá e empilhados, em seguida batidos com pesados pedaços de pau (...). O mate está pronto quando as folhas ficam reduzidas a pó e os ramúsculos a pequenos fragmentos; ele é então colocado dentro de cilindros artisticamente feitos com taquaras de bambu e cobertos com folhas de samambaia totalmente secas (SAINT-HILAIRE, 2020, p.91-92).

O mate, apesar de compor a maior parte da renda do território, era um produto extremamente estigmatizado e posto quase em espaço subalterno. Desde os primeiros momentos de Província, em 1854 o presidente Zacarias de Goés Vasconcellos (1854, p. 66) dá voz à um discurso que permanecerá no Paraná por muitos anos.

Os lavradores allegão, para justificar seo desalento, a ferrugem, moléstia que de certo tempo á esta parte assalta o trigo e o mata. Observarei, porém, que na Europa também a ferrugem, e outros males acommettem o trigo, e nem por isso deixa-se de cultivar com fervor o cereal, de que depende o alimento dos povos civilisados. [...] A verdadeira razão, porem, do desprezo de huma cultura tao profícua, he outra que não a allegada. A producção de trigo exige paciência e trabalho aturado: cumpre preparar a terra, depôr a semente, esperar que germine e fractifique, etc. Bem diversas são as circunstancias do mate: os hervaes silvestres ahí estão por toda a parte sem custarem aos habitantes o mínimo trabalho. [...] Não he, logo, tanto a ferrugem, como a herva que faz mal ao trigo.

A noção de que o Mate estava ligado a um certo atraso e barbárie da Província e que contrapunha à civilidade daqueles que consumiam a plantavam trigo, ou seja, os europeus. Isso porque, nos termos de Zacarias, os lavradores preferem a vida fácil do cultivo da erva ao diligente cultivo do trigo. Em 1855, mais tarde, o presidente da Província, Theofilo Ribeiro de Rezende reforça a posição do antecessor dizendo que durante a época da colheita do mate até mesmo faltavam trabalhadores nas obras públicas.

Sublinhando a abundância dessa cultura nas matas da província em: “que a erva-mate nasce e cresce espontaneamente nas matas, só dá o trabalho de colher, sapear, e levar ao mercado” (REZENDE, 1855, p.26). Em 1856 o engenheiro e vice-presidente da Província Henrique de Beaurepaire Rohan (1856, p.176) em 1856 inclusive chega a dizer que o sucesso da erva mate era uma “verdadeira vitória da barbárie sobre a civilização”. O historiador Evandro do Nascimento (2020, p. 41) resume a situação: “os esforços ‘civilizatórios’ dos governantes da província passavam pela ideia de desenvolver a agricultura pelos braços dos imigrantes europeus, caracterizados nos documentos como pessoas laboriosas”.

Ademais, essa produção intensa de mate produziu o que o historiador Magnus de Mello Pereira (1996) chamou de burguesia do mate. Segundo o autor, essa burguesia mateira contrapunha com a burguesia latifundiária do Paraná, chamada também de burguesia dos Campos Gerais. A estas duas elites regionais coube uma divisão de papéis dentro da realidade provincial.

Coube a burguesia do mate o reordenamento econômico da sociedade paranaense em torno do trabalho livre e do livre mercado, com todas as consequências que isso acarretou. Aos senhores dos Campos Gerais coube garantir continuidade de uma série de valores e instituições anteriores ao século XIX [...] os bacharéis dos Campos Gerais praticamente monopolizaram a representação política da 5^o Comarca de São Paulo e, a partir de 1854, da Província do Paraná. [...] Portanto, eles podem ser considerados como os grandes responsáveis pela constituição formal dos aparelhos de estado brasileiros em nível regional. Da mesma forma, foi de sua responsabilidade a construção da poderosa máquina fiscal que atuava sobre a economia da erva-mate, e que durou até a década de 1920. De posse da máquina legislativa e fiscal do estado, eles nunca concederam grandes espaços à burguesia do mate, mesmo quando, a partir do final do século XIX, esta detinha em suas mãos o domínio econômico da Província (PEREIRA, 1996, p. 20-21).

Crítica Ambiental no Paraná Imperial

Quando falamos em meio ambiente, achatamos neste conceito uma série de realidades materiais como: rios, montanhas, florestas, solo, cidades, etc. Quando nos debruçamos sobre a documentação, com todo o aporte teórico que foi discutido acima, esperávamos encontrar preocupações em diferentes nichos ecológicos (com os rios, com as matas, com os vales, etc.). Contudo, no decorrer da pesquisa nos deparamos com um domínio praticamente exclusivo de questões florestais nos documentos. Portanto, muito mais do que uma crítica ambiental, o Paraná foi marcado por uma crítica florestal, e isso se justifica pelo volume da documentação.

A questão das madeiras, portanto, está sendo nosso principal objeto de estudo. A crítica ambiental que apresentamos anteriormente se apresenta no Paraná com uma preocupação muito clara e desigual (com o resto do meio) para com as matas. Um fato bastante justificável levando em consideração a relação histórica do país com as florestas, por exemplo o próprio nome *Brasil* que faz menção à principal mercadoria exportada pelos europeus. Esta desproporção também reflete na historiografia brasileira, que surge, principalmente, com temática dedicada à destruição das florestas tropicais (CARVALHO *et al.*, 2018 *apud* SALES, 2021, p.23).

No Paraná, o engenheiro e vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan (1856) afirma em 1856 que esta província era – com exceção de Curitiba, os Campos Gerais e os Campos de Guarapuava e Palmas – uma grande floresta, que se estende de leste a oeste, do litoral até a fronteira com o Mato Grosso, e de norte a sul desde o Paranapanema até o Uruguai. Segundo o engenheiro existiam no litoral mais de 50 espécies de excelentes madeiras, e mais serra acima e em cada particularidade também, contudo a que mais chama atenção e inclusive mereceu um destaque especial no relatório é a *Araucaria angustifolia*.

A araucária, pinheiro-do-paraná ou pinheiro-brasileiro, é uma gimnosperma dioica (isto é, possui dimorfismo sexual) com grande dispersão pelo sul e sudeste do Brasil e em parte da Argentina e do Paraguai. Essa árvore típica do continente sul-americano é uma espécie arbórea de grande porte, chegando até 50m de altura e 250cm de DAP (Diâmetro à Altura do Peito), e ocorre em locais de clima frio com altitudes elevadas e precipitação de chuvas bem distribuída ao longo do ano.

Rohan (1856) conta em seu relatório que, no século XVIII, o governo português mandou transportar, com grande custo, dois desses troncos para o litoral afim de serem empregados como mastros de um navio de guerra. Esta foi a última tentativa de se transportar uma araucária serra acima para o litoral, por conta das péssimas estradas que dificultam e encarecem consideravelmente esta experiência.

Em seguida, o vice-presidente diz que quando bem utilizada e bem conservada, a madeira do Pinheiro paranaense é eterna. E quando “empregada nas construções interiores de edifícios, indestrutível” (ROHAN. 1856, p.185). Quase podemos ver o espírito fisiocrata de Rohan ansiando pela exploração da Araucária, indagando até mesmo o que seria do Paraná se conseguissem transportar essa árvore?

E aqui apresentamos o principal problema pelo qual a Província passou nos seus primeiros anos: as estradas. De longe o maior entrave ao desenvolvimento agrícola e

industrial da região foi por conta da péssima condição de todas as rodagens do território, e a falta de uma carta topográfica da província tampouco ajudava. Fato é que todas as lamentações a respeito de uma agricultura incipiente na região, e do potencial agrícola e civilizatório só fariam sentido e tomariam rumos mais concretos caso houvesse meios de comunicação. Como artérias e veias transportando a seiva mercantil para o resto do corpo, e bombeando por dentro as regiões, para usar uma linguagem fisiocrata.

Entretanto, não é na actualidade que se deve pensar em empregar nas construções navaes nem essa, nem outras madeiras, que existem nos terrenos de serra-acima, porque a falta de estradas de carros, é um obstáculo a semelhante tentativa. Limitar-me-hei, portanto, a enumerar as madeiras do litoral, que se encontram nos municípios de Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaratuba, e que, segundo as informações que tenho, se empregão naquelle mister (ROHAN, 1856, p.185).

Aqui neste trecho fica explicado o porquê as matas do litoral terem sido as primeiras a serem devastadas. E conseqüentemente explica o porquê da crítica ambiental no Paraná ter se limitado somente ao litoral nos primeiros anos. Ou seja, porque não haviam estradas que pudessem conectar o planalto curitibano e as araucárias ao litoral e os portos de Paranaguá e Antonina, onde ocorria o escoamento. Portanto, a crítica ambiental voltada às Araucárias somente começará a aparecer quando se concluírem as estradas.

Dito isso, esta crítica ambiental no litoral paranaense esteve a cargo da figura de Victor Santiago Subrá. O capitão do porto de Paranaguá chegou à Província em 1855, vindo do Rio de Janeiro através de decreto imperial, até 1860 quando foi exonerado. Neste período de 5 anos, Subrá denunciou repetida e fervorosamente a derrubada de madeiras no litoral.

Em carta enviada ao vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, o capitão da fragata desabafa seu descontentamento:

Quanto a conservação das madeiras, ou antes quanto á falta absoluta de *systema*, [...] A carte de lei de 15 de outubro de 1827 incumbia aos juizes de paz de vigiar as mattas publicas e de evitar o córte das madeiras classificadas. Depois, a lei de 3 de dezembro 1841 transferiu essa atribuição Ás autoridades policiaes; porém aqui os delegados e subdelegados de policia são os próprios que fazem commercio de madeira em grande escala, vendendo ou mandando numerosos carregamentos para o Rio de Janeiro, Rio da Prata, e algumas vezes para o Chile. Neste *littoral cortão-se* enormes quantidades de madeiras de lei, sem autorização legal. Ha grandes engenhos de serraria; um ha, no segundo *districto*, que trabalha com 16 serras. Que horrivel devastação!!! (ROHAN, 1856, p.188-189).

A esta denúncia Rohan (1856, p. 189) acrescenta que não se tem prestado suficiente atenção às madeiras de construção da província, seja pelo lado da ciência, seja pelo lado das artes.

[...] Em quanto de todas as nações *illustradas* da Europa, tem vindo, a expensas de seus governos, celebres botanicos, para visitar as nossas florestas, nada se tem feito, por nossa parte, para classificar convenientemente nossos *vegetaes* de reconhecida utilidade, ou indagar, por meio da observação e da experiencia, as vantagens que se poderia colher, em qualquer ramo da industria [...] (ROHAN, 1856, p.189).

E por fim, Rohan (1856, p. 190), após essa fala digna de um fisiocrata, sugere que todas as províncias:

Enviem ao governo imperial amostras das diversas madeiras que nelas se encontram, para serem convenientemente estudadas, o que facilitaria consideravelmente os trabalhos e orçamentos, quer dos architectos navaes, quer dos civís.

Nessa relação de madeiras, deveriam vir também uma “cartilha” com informações que facilitassem o estudo e a catalogação pelos intelectuais imperiais. Algumas dessas informações são: “emprego da madeira” e “época favorável ao corte”. Mais uma vez aqui nos fica evidente o real motivo por detrás dessa preocupação.

O capitão do porto de Paranaguá retorna em 1857, enviando uma outra carta à administração da província, em tom insatisfeito. Dessa vez o vice-presidente em exercício era José Antônio Vaz de Carvalhaes (1857, p. 119).

Não me cançarei em repetir que é urgente e indispensável tomar-se alguma providencia para obstar a continuada destruição das ricas florestas do litoral desta província. As margens e cabeceiras dos rios [...] estão povoadas de frondosos e magestosos lenhos, que o inexorável machado derruba despiedadamente todos os dias! Este precioso ramo de riqueza publica, que podia abastecer os arsenais da côrte das melhores madeiras de construção, está aqui em completa desordem e confusão. O côrte das madeiras executa-se n’esta província sem systema, sem methodo e sem se atender á idade da lua, que a experiencia tem demonstrado ser a conveniente para sua conservação. A carta de lei de 15 de outubro de 1827 incumbia os juízes de paz de vigiar as florestas publicas, e de evitar o côrte das madeiras qualificadas. Depois da lei de 3 de dezembro de 1841 transferiu essa attribuição para as autoridades policiaes, mas estas, longe de velar sobre a conservação das matas, são as próprias que as devastão, para alimentar os seus engenhos de serraria, que trabalham todo o anno!

É importante lembrar aos leitores e leitoras que apesar dessa escrita revoltosa, Victor Subrá não foi nenhum ambientalista preocupado com a sustentabilidade ou qualquer coisa do tipo. Subrá era essencialmente um homem de seu tempo, e ocupando um cargo na administração de um dos principais portos do país e do Paraná, estava preso na ideologia hegemônica mercantil.

Neste mesmo relatório, em resposta à denúncia do capitão, o vice-presidente Vaz de Carvalhaes afirma ter recebido orientações do Ministério da Marinha e recomendou que os delegados da polícia do litoral e ao capitão do porto a mais especial vigilância, e que tomará quaisquer providências necessárias para obstar a devastação de florestas pertencentes ao Estado.

Parte dessa carta também foi publicada do periódico *Dezenove de Dezembro* em 11 de março de 1857, onde Subrá continua:

Sendo este objecto da maior importância para a marinha nacional, não me descuidarei de dar-lhe a devida atenção e de propôr ao governo imperial a adopção de quaesquer providencias, que a experiencia mostrar necessárias para obstar-se a devastação das florestas pertencentes ao domínio do estado. Esta materia, que se acha em outras partes regulada por leis especiaes, e encarregada particularmente a certos agentes da autoridade publica, tem ficado entre nós quasi á mercê dos particulares, que se hão aproveitado amplamente do descuido das autoridades a quem incumbia velar sobre a conservação as matas, quer para impedir a extinção das madeiras de construção naval e civil, quer para *obstar o dessecamento dos mananciais*, cuja alimentação e abundância depende da presença de bosques nas suas proximidades (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 11/03/1857, p.2-3, *grifo nosso*).

Essa é a primeira vez que encontramos, no Paraná, uma crítica ambiental que ligasse o desmatamento ao dessecamento dos mananciais. A crença de que o desmatamento das bacias e dos manguezais provocava o secamento das nascentes, motivou a primeira tentativa governamental de conservação. Empreendida em 1862 na Floresta da Tijuca, o governo imperial investiu um modesto nível de recursos em um programa de reflorestamento.¹²

Ademais, fazendo jus a crítica, Subrá em 4 de fevereiro do mesmo ano publica uma breve nota neste periódico, fazendo com que se fica “rigorosamente proibido a particulares o corte e consumo indevido das madeiras abaixo relacionadas, sem prévia licença do ministério da marinha” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 4/02/1857, p.4). As madeiras destacadas por Victor são: tapinhoã, peroba-vermelha, peroba-branca, pau-brasil, secopira-mirim, Jatahy amargoso, angelim, ipê (pau d’arco), sapucáia, pequiá, jataúba, vinhático, oity, Jatahy, cedro vermelho e putumuju.

Por fim, para reforçar o argumento de que estamos diante de uma tradição intelectual brasileira, Victor Santiago Subrá é utilizado como argumento de autoridade pelo inspetor da alfândega em 1862, dois anos após sua exoneração. No relatório do presidente Antônio Barbosa Gomes Nogueira (1823-1885), ao tratar das exportações

¹² Ver Drummond (1988) e Sales (2021).

(que andavam em baixa, principalmente por conta da crise no mercado de mate), o presidente menciona as palavras do diretor da alfândega Demétrio Acácio Fernandes da Cruz.

O que sem esforço se observa nas alternativas do commercio de herva mate, reproduz-se em mais alta escala no concernente ás madeiras. Os cortadores dellas, que pela maior parte o fazem segundo uma representação do capitão de fragata Subrá em as florestas do estado, não aguardando pelas luas próprias para derrubar-as, porém importando-se somente com o numero de pranchões, de que carecem para satisfazer as encommendas de seos committentes, destroem desapiedadamente as melhores mattas da província. Estas madeiras, cortadas assim verdes, muito pouco tempo depois apodrecem, porém elles, em seguida ao córte, tratam, sem perda de tempo, de sua exportação para os mercados dos Rios da Prata e Janeiro, onde seo descredito vai se tornando proverbial. *Nos mercados do Prata tem elle chegado a tal ponto que, quando se manda edificar uma casa, umas das condições essenciaes do contracto feito com o empreiteiro, é que ella não tenha um só pao de madeira do Paraná* (NOGUEIRA, 1862, p. 25-26, grifo nosso).

Este documento evidencia a capilaridade das denúncias de Subrá. Interessava, contudo, saber mais da vida de Demétrio afim de entender como as ideias do capitão de fragata chegaram até ele. Por enquanto sabemos que o diretor da alfândega foi nomeado em 1860, no mesmo ano que Subrá foi exonerado e que em 1863 Demétrio publica no Rio de Janeiro *Apontamentos históricos, topographicos e descriptivos da cidade de Paranaгуá*. Este documento nos foi recentemente apresentado e, portanto, ainda não foi devidamente estudado e incorporado à pesquisa.

Contudo, a crítica ambiental paranaense não esteve concentrada exclusivamente em Victor Santiago Subrá. Dentro da documentação analisada até o momento, parte da elite provincial também se mostrou preocupada com o meio. O presidente de Província José Francisco Cardoso (1830-1885) se mostra um grande representante da crítica ambiental brasileira:

A terra se prepara ao dobrar constante e *desapiedado* da foice e do machado sobre as ricas *mattas*, que cortamos; o fogo é o grande elemento que concorre para o amanho do terreno, que tem de ser cultivado. A devastação sem fim, *quotidianamente* se emprega na pequena lavoura [...]. E *d'est'arte* se estragam as melhores de nossas terras agricolas, tornando-as por muitos *annos* estereis e sem valor. Tão rudes processos, de destruição completa, admira que *guiem* a *mór* parte dos nossos lavradores, com grave prejuizo do futuro agricola da provincia! [...] a fatalidade de pesadas consequencias, que mais tarde, se hão de fazer sentir. [...] D'ahi ainda, pelo estrago e derribadas das *mattas*, a aridez do terreno, a secca e finalmente a ruina total. Na enumeração das causas que concorrem para o atraso da agricultura assignalarei três, sobretudo, que se fazem notáveis ; refiro-me: a' falta de braços. A' de viação commoda. A' carencia dos conhecimentos agricolas (CARDOSO, 1860, p.73).

O problema das estradas (lidas no documento como *viação*) já fora discutido anteriormente, e a carência de braços será explorado mais a frente quando discutirmos a respeito do mate. A carência de conhecimentos agrícolas por sua vez merece uma explicação. Não se trata aqui de estudos teóricos como se tem na Europa, mas, sim, da disseminação de conhecimentos gerais de estudos rurais. Para isso, Cardoso manda distribuir e generalizar o periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional pelas municipalidades, embora a criação de escolas em nível europeu na província teria sido o ideal, os cofres públicos não podem arcar com essa despesa, “dado o desagradável estado de nossas finanças”. É a primeira vez que vemos no Paraná esse tipo de crítica ambiental ligada à forma como se faz agricultura, marca da tradição fisiocrata (PÁDUA, 2002).

[...] todos os terrenos d'esta província que ficam em baixo da serra, abundam de excelentes madeiras de construcção, que o inexorável machado derriba desapiadadamente sem cessar! A devastação das florestas nacionaes opera-se nesses logares, em tão grande escala, que, se o governo não tomar providencias energéticas e promptas, para reprimir esses abusos, d'aqui á pouco tempo estarão completamente estragadas todas as mattas publicas d'este litoral, ou ficarão as madeiras tão internadas e longe, que a despeza com sua conducção excederá de muito seu valor real (CARDOSO, 1860, p.82-83).

Fica clara a verdadeira face da preocupação e da crítica ambiental para com as matas do litoral paranaense. Sem árvores e florestas, a disposição da administração, o valor para importação seria exorbitante. Aqui falamos, portanto, em natureza mercadoria, isto é, o que Moore (2022) chama de Natureza Barata (*cheap nature*).

Neste relatório de 1860, os dois personagens apresentados neste artigo – Subrá e Cardoso – estão presentes. O capitão do Porto em determinado trecho do relatório, elucida uma importante denúncia:

Todos os anos despacham n'este parto 6, 8 ou mais navios de grande capacidade com carregamentos de madeiras, e não é dado duvidar, que as madeiras, que exportam, não sejam das melhores qualidades, por que se não fossem boas e de *Jeí*, não achariam compradores nos portos á que se destinam. Por uma tolerância que eu não posso explicar, e que até hoje escapou o governo da província, de apreciar devidamente o alcance, tem-se permitido e permite-se ainda, aos navios que exportam madeiras, de ir effectuar seus carregamentos em paragens que distam 10, 12 e 15 leguas d'esta cidade, onde é impossível haver fiscalisação e exame: d'isso resulta, que esses navios [...] embarcam de cada viagem 300 e 400 vigas, e grandes quantidades de pranchões das melhores madeiras; e depois de despacha-las em Paranaguá como caibros, ripas, lenha, etc., etc., ou trocam o nome das madeiras prohibidas que embarcam, sem que haja possibilidade de proceder-se a uma verificação. Desfigurando assim a natureza de seus carregamentos, fazem o contrabando impunemente, defraudam o fisco, e burlam todas as medidas que o governo tem dado para a conservação das mattas nacionaes! [...] o systema actual de devastação das mattas do Estado: essa questão das madeiras tem sido ha 4 annos o objeto de minha constante solicitude; ou, para melhor dizer, o meu pesadelo! (CARDOSO, 1860, p.82-83).

A historiadora Cecília Maria Westphalen (1998), em *Porto de Paranaguá, um sedutor*, pontua que a questão do contrabando e a fiscalização do Porto eram um problema em Paranaguá. Desde que a cidade era uma vila e até meados do XIX, o Porto de Paranaguá e seus ancoradouros estiveram localizadas entre a foz do rio Taguaré e a região onde se localizava o Colégio dos Jesuítas (hoje na chamada rua da praia). Porém, devido a um progressivo “entulhamento” que vinha sofrendo o rio e o porto foi recuando para a foz.¹³

O assoreamento do rio foi extremamente grave, alertando Presidentes de Província como Sebastião Gonçalves da Silva (1827-1879), que presidiu a província entre 1863 e 1864, dizia que “a diminuição do fundo do ancoradouro da cidade, era particularmente grave entre o cais da praça do Mercado e a Alfândega” (WESTPHALEN, 1998, p. 28). O problema da fiscalização começa por conta de que os navios maiores eram obrigados a ir para o ancoradouro da ilha da Cotinga, mais distante da cidade em cerca de uma milha. Esse embarque e desembarque de carregamentos realizados na Cotinga impediam um trabalho eficiente e controle pela alfândega.

Essa situação pioraria quando, nos relatórios dos agentes alfandegários, seria constante a observação de que “não podiam ter inteiro controle das mercadorias entradas e saídas, em virtude da distância entre a Alfândega e os ancoradouros que, gradativamente, com a areação do rio, iam afastando-se em direção ao mar” (WESTPHALEN, 1998, p. 29). Era esse o tráfico de madeiras denunciado por Victor Santiago Subrá em 1860.

E em resposta ao capitão do porto de Paranaguá, o presidente José Francisco Cardoso diz ter tratado de proibir o embarque de madeiras fora de lugares autorizados por lei. E em continuidade, afirma ter recebido do governo imperial um caixote com sementes de *tecka* (*Tectona grandis*), que é uma ótima madeira de construção naval e produz perfeitamente à margem de rios e lagoas, afim de desenvolver essa indústria nacional.

Considerações Finais

As documentações oficiais são uma fonte histórica que costumamos chamar, de maneira informal: de fontes democráticas, já que são de fácil acesso e podem ser base de

¹³ Westphalen (1998) chama de entulhamento o processo ecológico que hoje chamaríamos de maneira mais apropriada de assoreamento.

pesquisas de variados assuntos. Não é nossa intenção neste artigo passar uma visão única de como abordar essa documentação, mas, sim, procurar passar mais um modo de se trabalhar com ela.

A pesquisa que apresentamos neste artigo ainda não está acabada e ainda faltam muitos documentos para serem analisados, levantados e catalogados. Porém, nossa proposta aqui foi de apresentar alguns dos tesouros que encontramos, de modo a convidar novos cientistas que mergulhem no campo. Especialmente às novas pesquisadoras e pesquisadores: existe um oceano a ser descoberto nas fontes oficiais, nuances e discussões esquecidas pela historiografia e que merecem seu lugar ao Sol.

Nesse sentido, ao enfatizarmos os processos humanos e não humanos na formação deste espaço, esperamos levantar discussões para futuros pesquisadores e pesquisadoras. A sociedade que temos hoje é fruto das relações que temos com a natureza. Se quisermos uma sociedade diferente, um ambiente diferente, é necessário pensar novas relações e novos mundos.

HISTORIA Y NATURALEZA EN EL IMPERIO DE BRASIL: CONSIDERACIONES SOBRE UNA CRÍTICA AMBIENTAL EN PARANÁ

Resumen: Lejos de ser un fenómeno de la actualidad, la preocupación por la destrucción del medio biofísico acompaña al Capitaloceno. Sin embargo, las preocupaciones sobre el medio ambiente manifestadas en el pasado tienen especificidades y no deben confundirse con el ambientalismo y la noción de sustentabilidad contemporánea. De esta forma, se propone un despliegue del retrato regional del cuadro que Pádua (2002) dibujó a escala nacional, mapeando y discutiendo las matrices de la tradición ecológica brasileña. En ese sentido, este estudio se centra en la Provincia de Paraná para comprender cómo los debates ambientales provenientes del Gobierno Central repercutieron en tierras paranaenses y, también, cómo en la Provincia la preservación tomó formatos prácticos como leyes y decretos. Para ello, se toman como fuentes principales los documentos oficiales, sobre todo, sobre la explotación de la araucaria y el mate, que permiten constatar las posiciones y posturas del Estado en relación con el medio ambiente.

Palabra-clave: Historia Ambiental. Imperio de Brasil. Provincia de Paraná. Crítica Ambiental.

HISTORY AND NATURE IN BRAZIL EMPIRE: CONSIDERATIONS ON AN ENVIRONMENTAL CRITIQUE IN PARANÁ

Abstract: Far from being a phenomenon of the present time, the concern with the destruction of the biophysical environment accompanies the Capitalocene. Concerns about the environment manifested in the past, however, have specificities, and should not be confused with environmentalism and the notion of contemporary sustainability. In this way, an unfolding of the regional portrait of the picture that Pádua (2002) drew on a national scale is proposed, mapping and discussing the matrices of the Brazilian ecological tradition. In this sense, this study focuses on Paraná Provincial in order to understand how the environmental debates coming from the Central Government reverberated in Paraná lands and, also, how in the Province preservation took practical formats such as laws and decrees. To this end, official documents are taken as the main sources, above all, on the exploitation of araucaria and mate, which allow us to verify the positions and postures of the State in relation to the environment.

Keywords: Environmental History. Brazil Empire. Province of Paraná. Environmental Critique.

Referências

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. 2 vols. São. Paulo: Martins Fontes, 1984. [1949]

CARDOSO, José Francisco. **Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa da Provincia do Paraná** na abertura da 1ª sessão da 4ª legislatura pelo presidente José Francisco Cardoso no dia 1º de março de 1860. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 55. Curityba, 1860.

CARVALHAES, José Antonio Vaz de. **Documentos a que se refere o vice-presidente da Provincia do Paraná** na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1857. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curityba, 1857.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CEDERVA. **A história da erva-mate: a erva-mate no século XIX - o ápice do ciclo econômico**. Curitiba, 2020. Disponível em: <http://www.cederva.org/a-erva-mate-no-seculo-xix.html>. Acesso em 20/07/2023.

CHAKRABARTI, Pratik; WORBOYS, Michael. **Science and Imperialism since 1870**. In: LIVINGSTONE, DAVID N.; SLOTTEN, HUGH RICHARD; NUMBERS, RONALD L. (Org.). *The Cambridge History of Science: Volume 8: Modern Science in National, Transnational, and Global Context*. The Cambridge History of Science. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. v. 8. p. 9–31.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Editaes. Edição 00045. Curitiba: Quarta feira, 4 de fevereiro de 1857.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Capitania do Porto. Edição 00050. Curitiba: Quarta feira, 11 de março de 1857.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil.** São Paulo: Globo, 2005.

DRUMMOND, José. **O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. I, n.2, p. 276-298, 1988.

DUARTE, Regina Horta. **Zoos in Latin America.** Oxford University Press, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fonte, 2010.

GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da Erva-Mate.** Florianópolis/SC. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Dividindo as Províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854).** Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de História, 2012.

GROVE, Richard. **Colonial Conservation, Ecological Hegemony and Popular Resistance: Towards a Global Synthesis.** In: DUBOW, SAUL (Org.). *The Rise and Fall of Modern Empires, Volume II: Colonial Knowledges.* London: Routledge, 2016.

GUERRA, A. E.; SANTOS, M. M. D. O “Atlas Do Império Do Brazil”: uma proposta de definição dos limites do Brasil no século XIX. **IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica.** Porto, 2011.

INGOLD, Tim; PALSSON, Gísli (org.). **Biosocial Becomings: Integrating biological and social anthropology.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

KOCH, Alexander et al. **Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 1492.** Quaternary Science Reviews, volume 207, 2019.

LAGO, Antonio. PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia.** 1ª ed. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1984.

LEAL, Claudia; SOLURI, John; PÁDUA, J.A. **Un pasado vivo: dos siglos de historia ambiental latinoamericana.** 1ª.ed – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2022.

MOORE, J. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo.** São Paulo: Editora Elefante, 2022.

MOORE, Jason W. **Capitalism as World-Ecology: Braudel and Marx on Environmental History.** *Organization & Environment*, v. 16, n. 4, p. 514-517, 1 dez. 2003.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. **Engenheiros do Grande Mar Redondo: engenharia e natureza nas baías de Paranaguá e Antonina (1853-1889).** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2020.

NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. **Falla com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira instalou a Segunda Sessão da Quarta Legislatura da Assembléa Provincial da Provincia do Paraná, em 19 de abril de 1861.** Typographia do Correio Official, Rua da Entrada, N. 1. Curitiba, 1861.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PÁDUA, José Augusto. **Sopro de Destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense (1829-1889). Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PEREZ, Louis A. **Winds of Change**: Hurricanes and the transformation of nineteenth-century Cuba. University of North Carolina Press, 2001.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná**: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012.

REZENDE, Theofilo Ribeiro. **Relatorio do Estado da Província do Paraná**, apresentado ao vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan pelo vice-presidente Theofilo Ribeiro Rezende por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província em 6 de setembro de 1854. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curitiba, 1854.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Documentos a que se refere o vice-presidente da Província do Paraná** na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1856. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curitiba, 1856.

ROSS, Corey. **Ecology and power in the age of empire**: Europe and the transformation of the tropical world. First edition. ed. Oxford; New York, NY: Oxford University Press, 2017.

SALES, Gabriel Paes da Silva. **A história contada a partir das árvores**: um ensaio sobre o plantio da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2021.

SAINT-HILLAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e a Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Garnier, 2020.

SCHWARTZ, Stuart B. **Mar de tormentas**: uma história dos furacões no Caribe, de Colombo ao Katrina. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. **Relatorio apresentado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial**, em 15 de julho de 1854 pelo presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 13. Curitiba, 1854.

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes de. **Relatorio do Presidente da Província do Paraná**. O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855. Typographia Paranaense de Candido Martins Lopes, Rua das Flores, n.º 8. Curitiba, 1855.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 6ª ed. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1988.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. Estudos Históricos, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

_____. **Nature's Economy: a history of ecological ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SOBRE O AUTOR

Luca Araújo de Oliveira Leite é mestrando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Recebido em 31/03/2023

Aceito em 04/07/2023